



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

BEATRIZ DA SILVA SANTOS

**DO QUARTO DE DESPEJO À UNIVERSIDADE:** contribuições de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia.

Icó – CE

2021

BEATRIZ DA SILVA SANTOS

**DO QUARTO DE DESPEJO À UNIVERSIDADE:** contribuições de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a aprovação e nota.

Orientador(a): Prof. Mestre Welison de Lima Sousa

Icó – CE

2021

BEATRIZ DA SILVA SANTOS

**DO QUARTO DE DESPEJO À UNIVERSIDADE:** contribuições de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia.

Monografia aprovada em 29/06/2021, como requisito para a aprovação na disciplina de TCC I, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado.

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Me. Welison de Lima Sousa**

*Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS*

*Orientador*

---

**Prof.<sup>a</sup> Esp. Sandra Mary Duarte**

*Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS*

*Avaliadora*

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Isabela Bezerra Ribeiro**

*Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS*

*Avaliadora*

Icó – CE

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao universo, por me permitir viver tamanha realização, por proporcionar leveza em meio aos dias cansativos, e por apresentar no decorrer do meu percurso, pessoas que sonharam junto comigo esse sonho me dando ainda mais coragem para seguir e me tornar a pessoa que sou hoje.

Agradeço a minha mãe Marta, meu pai Pedro, meu irmão Bruno, minhas tias Dilma e Dinha, meu namorado Luan que é companheiro de vida e evolução, e aos meus avós que se fizeram presentes de alguma forma nessa minha caminhada. Agradeço, portanto, a minha família que foi e são minha rede de apoio durante esses cinco anos, sem medir esforços em nenhum momento, em que se fizeram presentes em atitudes e em palavras de amor. Gratidão por serem âncoras em minha vida.

Agradeço a minha xará de alma Alinny pela caminhada de muita arte e resistência, a Jéssica por me lembrar durante esses anos de simplificar as coisas, a Gaby, Rosi e Narce, pelos sorrisos compartilhados em meio ao caos, e ao Matheus e a Cecília por serem abraço em cada conversa/encontro.

Agradeço também, a todas(os) as(aos) professoras(es) que contribuíram para minha formação, e em especial a Janaina, que foi a primeira pessoa a qual compartilhei pela primeira vez sobre meu interesse em literatura e psicologia, e o quanto eu acreditava nessa relação, a Leda Gimbo, Tiago Deividy, Max Acióles e Sâmara Gurgel, por terem me atravessado em cada encontro, seja em sala de aula, nos corredores da faculdade, ou ainda nos encontros possíveis.

Agradeço a banca avaliadora pelo acolhimento da minha escrita e pelas contribuições possíveis diante do que me propus a fazer. Gratidão por essa partilha repleta de aprendizados.

Agradeço, por fim, e não menos importante, a Welison, que considero mais que professor e (des)orientador, sendo para mim um grande amigo da/para vida. Gratidão pela caminhada repleta de tantos afetos, por acreditar em mim e por permanecer. Você foi um bálsamo na minha formação profissional e tem sido na vida!

E diante de tamanha gratidão, levo na bagagem do meu coração cada pessoa aqui mencionada e as que aqui não mencionei, mas que me tocaram de alguma maneira e seguem vivas em meu coração. Gratidão! E avante!

*Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.*

*Carolina Maria de Jesus*

## RESUMO

A presente pesquisa foi motivada por uma inquietação surgida no decorrer da minha formação no que se refere a ausência de autoras(es) negras(os) como referências teóricas na matriz curricular do curso de Psicologia, proporcionando a produção de conhecimento por meio de epistemologias a partir de vozes subalternizadas. Assim, tendo como objetivo, compreender os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia. Trata-se de uma pesquisa (auto)biográfica de caráter qualitativo do tipo exploratória, em que foram utilizados trechos da obra que vieram ao encontro com as minhas inquietações e os meus afetos obtidos no decorrer da leitura, partindo da articulação teórica de autoras(es) decoloniais e autoras(es) que discutem questões étnico-raciais. Dentre os principais impactos dessa obra, tem-se o meu reconhecimento enquanto mulher negra, compreendendo o processo de negritude perpassado por processos de subjetivação, atentando as inúmeras possibilidades de ser, considerando a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, raça, classe social. Nesse sentido, foi-se percebido que a discussão sobre a população negra é recente no campo da Psicologia e que isso perpassa a formação acadêmica em que se observa que a distribuição e frequência dos temas compostos na matriz curricular, denunciam o que provavelmente será considerado relevante para a atuação do psicólogo(a). Diante disso, ainda há muito a ser (des)construído e (re)inventado no campo acadêmico, sobretudo nos cursos de Psicologia, e também, na própria atuação.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus. Formação em Psicologia. Psicologia Decolonial.

## ABSTRACT

This research was motivated by a concern that arose during my training with regard to the absence of authors(s) black(os) as theoretical references in the curriculum of the Psychology course, providing the production of knowledge through epistemologies from subalternized voices. Thus, having as objective, to understand the impacts of reading the work "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" by Carolina Maria de Jesus in my formation in Psychology. This is an (auto)biographical research of qualitative exploratory type, which was used excerpts of the work that came to meet my concerns and my affections obtained during the reading, based on the theoretical articulation of decolonial authors and authors who discuss ethnic-racial issues. Among the main impacts of this work, there is my recognition as a black woman, understanding the process of negritude permeated by processes of subjectivation, paying attention to the numerous possibilities of being, considering the intersectionality of the social markers of gender, race, and social class. In this sense, it was noticed that the discussion about the black population is recent in the field of Psychology and that this permeates the academic training in which it is observed that the distribution and frequency of the themes composed in the curricular matrix denounce what will probably be considered relevant for the psychologist's work. Therefore, there is still much to be (un)constructed and (re)invented in the academic field, especially in Psychology courses, and also, in the performance itself.

**Keywords:** Carolina Maria de Jesus. Formation in Psychology. Decolonial Psychology.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>11</b>
2.1 GERAL .....	11
2.2 ESPECÍFICOS .....	11
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>12</b>
3.1 PSICOLOGIA DECOLONIAL .....	12
3.2 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA .....	17
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>24</b>
5.1 E EU NÃO SOU UMA MULHER NEGRA?.....	24
5.2 PODE A SUBALTERNA ESCREVER?.....	28
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A formação em Psicologia, não é algo deslocado da história do país e de seu percurso histórico enquanto ciência e profissão no Brasil. É a partir dessa perspectiva que é possível compreender as particularidades e as ausências na formação e na práxis em Psicologia (MARTINS; MATOS; MACIEL, 2009). De acordo com Filho e Silva (2018), a mesma foi marcada pelas ontologias forjadas no continente que se estabeleceu por meio das relações de colonização.

Assim, pode-se pensar que a Psicologia atualmente, é fundamentada pela perspectiva europeia, havendo influências sobre reflexões referentes a subjetividade e sua formação. Desse modo, há a possibilidade da existência de uma Psicologia colonial, pautada em uma perspectiva de sujeito ideal: homem, branco, europeu, contribuindo para a subjetivação dos sujeitos através dessa perspectiva ideológica colonial dominante (FILHO; SILVA, 2018).

Esse fazer de uma Psicologia colonial pode ser notado desde a matriz curricular até mesmo a atuação profissional. Com a regulamentação da Psicologia como ciência e Profissão em 1962, foi permitido pelo Ministério da Educação que fossem criadas as Diretrizes Nacionais Curriculares para a formação de psicólogos(os), possibilitando assim, que as instituições pudessem definir seus conteúdos, referenciais teóricos. Contudo, é perceptível que há escolhas de teóricos considerados clássicos, com perfis característicos, frutos do processo de colonização (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019).

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem por uma das principais motivações a minha inquietação no decorrer da minha formação no que se refere a ausência de autoras (es) negras(os) como referências teóricas na matriz curricular do curso de Psicologia proporcionando a produção de conhecimento por meio de epistemologias a partir das consideradas “margens”, das periferias, de vozes subalternizadas, sobretudo na formação em Psicologia. Nota-se até então, que há uma produção de conhecimento pautada em autore(a)s brancos(as), que tem formações acadêmicas e ocupam espaço social privilegiado, falando sobre as vivências do outro. Diante disso, pensar em psicologia é pensar em dar espaço as experiências do indivíduo, reconhecer o lugar de fala e possibilitar que esse outro fale sobre si.

Noto que na graduação em psicologia as leituras são pautadas em saberes eurocêntricos o que distancia da realidade do nosso fazer, mas que deve ser considerada por orientar-nos em nossa atuação, porém, não se deve limitar a elas. A psicologia deve, portanto, implicar-se com descolonizações epistêmicas, ou seja, repensar suas teorias, práticas, problemáticas, por meio de outras perspectivas, partindo de quem fala, quem escreve, e de qual lugar fala e escreve.

Abrir-se para outras possibilidades, conhecimentos e teorias que são frequentemente tornadas menores, desqualificadas e enquanto graduanda em Psicologia, mulher, negra e consciente de meus privilégios, reconheço que não posso falar “por”, mas posso falar junto, dando visibilidade a obras de autoras(es) negras que muito têm a se pensar Psicologia enquanto ciência e profissão.

Frente a essas motivações, o presente estudo tem como problemática norteadora: “quais os impactos da leitura da obra ‘Quarto de Despejo: diário de uma favelada’ de Carolina Maria de Jesus na formação em Psicologia?”. Torna-se relevante, portanto, por buscar compreender quais os impactos da história de vida de Carolina Maria de Jesus retratada pela mesma em sua obra para a minha formação em psicologia, pautada em um comprometimento social, ético e político; como ainda, contribuir para o campo científico, sendo referência para ampliação de outras pesquisas na área da psicologia.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

- Compreender os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

- Identificar quais as repercussões da discussão da obra e possíveis relações com a Psicologia;
- Descrever as contribuições da obra para se pensar a minha formação em Psicologia.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 PSICOLOGIA DECOLONIAL

Com a chegada dos europeus ao que futuramente seria chamado de América, o povo local desse território compreendido como um território novo, passou a ser submisso àqueles que tinham por intuito explorar e dominar suas terras com interesse de conseguir soberania perante as outras nações. Sendo assim, o povo que vivia em harmonia em seu convívio social, passa a ser “excluídos” de forma gradativa, sendo obrigado a seguir ordens que iriam em detrimento a suas condutas e virtudes. (MAGALHÃES; SOUZA, 2012).

A exclusão dos povos originários do território foi composta pelos pensamentos e práticas dos europeus, produzindo assim uma dominação, processo esse conhecido como colonização ou colonialismo que segundo Quijano (2005), refere-se justamente a chegada de um determinado povo (colonizadores) ao território de outro povo (colonizados) que domina essa população com o intuito de explorar as riquezas e o trabalho da colônia, contudo, assim que as colônias foram pouco a pouco se libertando das relações de dominação, colonizador/colonizado, essa lógica foi posta de lado na mesma medida, percebendo que mesmo após o colonialismo as relações de dominação política, econômica, e cultural sustentados pelos colonizadores se mantém. Essa perspectiva é nomeada pelo autor supracitado, como colonialidade sendo, portanto, compreendida como uma dimensão simbólica do colonialismo.

A colonialidade passa a ser o enraizamento do colonialismo, na qual não há uma relação de exploração formal como entre os colonizadores e colonizados, mas há as relações intersubjetivas que parte da perspectiva de um dominador e dominado (AMARAL, 2015).

Mesmo o colonialismo precedendo a colonialidade, a última permanece presente na produção de conhecimento, nos modos de vida, nas experiências, entre tantos aspectos da vida, em nossas vivências modernas, pois não há modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2005).

De acordo com a autora Gomes (2018), mesmo após as independências das colônias portuguesas e espanholas na América, não foi questionado o saber local, a manutenção intelectual. Apenas na segunda metade do século XX com os movimentos de independência ocorridos na África e Ásia, passou-se a questionar sobre a permanência da lógica colonial nas relações entre os sujeitos que não mais encontravam-se submetidos a colonização, na perspectiva jurídica e política. Esses questionamentos estariam presentes no que chamaria de pós-colonialismo.

Essas discussões referentes ao pós-colonialismo surgem à medida que se percebe uma distinção da relação entre colonizador e colonizado, com o objetivo de denunciar as diversas

formas de dominação, de poder sobre os povos. Desse modo, as pesquisas referentes ao pós-colonialismo passavam por um olhar crítico a modernidade eurocentrada e também dos impactos na formação de identidades pós-coloniais, com um foco maior na década de 1970 e 1980, em compreender a problemática das narrativas pela perspectiva do colonizador e ainda, a maneira como o colonizado passa a ser constituído tendo como base o discurso do colonizador, um discurso dominante (ROSEVICS, 2017).

Segundo a autora Gomes (2018), com a tomada de consciência da colonialidade, das relações humanas, notou-se que há ainda nesse conceito, divisões que o atravessam e que são relevantes para a compreensão das experiências modernas, que é a colonialidade do poder, saber e ser que são discutidas no Grupo de Estudos modernidade/colonialidade, por Quijano, um de seus expressivos protagonistas.

O Grupo, tem origem no final da década de 1990. Composto por Dussel, Quijano, Mignolo, Wallerstein, Castro-Gómez, Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Catherine Walsh, entre outros pensadores não menos importantes (BALLESTRIN, 2013). A maior motivação do grupo, é proporcionar uma reflexão constante referente a realidade cultural e política-americana, incluindo os saberes dos subalternizados dos grupos oprimidos (ESCOBAR, 2003 apud BALLESTRIN, 2013).

Partindo desse pressuposto, Quijano (2013) diz que a colonialidade é um dos componentes percursoros do atual padrão de poder colonial que é o capitalismo, que tem como seus critérios base a raça/etnia que se originou na colonização das Américas. O poder passa a ser, portanto, como uma forma de dominação/exploração que se configura em uma diferenciação incluída pelos colonizadores entre eles e os colonizados, do mesmo modo na lógica de uma disputa dos colonizadores pelo controle e exploração do trabalho.

A “raça” surge como fundadora das relações sociais da modernidade/colonialidade e que é por meio dessas relações que são criadas identidades que sustentariam a perspectiva colonial (GOMES, 2018). A raça e a identidade racial serviram como uma forma de organização social, tendo como base as relações de dominação e hierarquização. Sendo, os europeus, os brancos, considerados superiores e dominadores e os (as) índios(as), escravos(as), negros(as), não-europeus, como sendo os (as) subordinados (as), inferiores (QUIJANO, 2005).

A partir dessa lógica, dessas formas de relacionamento criadas pela modernidade/colonialidade, baseadas em raça, na hierarquização das relações, também se criou uma lógica de valorização e compreensão do conhecimento, que seria uma superioridade epistêmica (GOMES, 2018), ou melhor, a colonialidade do saber que segundo Maldonado-Torres (2013), é quando o campo epistemológico é organizado por discursos favoráveis, que

busca manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento. Dessa forma, passam a ser desconsiderados os conhecimentos produzidos por indígenas, negros, mulheres negras, subalternos, por ser considerado como saberes não científicos, passando a reproduzir os regimes de pensamento colonial. Entre a colonialidade do poder e do saber se tem a colonialidade do ser que se refere a experiência vivida da colonização e seu impacto tanto na linguagem quanto na construção da subjetividade. Desse modo, o ser colonizado surge de uma exclusão ocasionado pelas relações de dominação/exploração e das invisibilidades na produção de conhecimentos.

Assim, pensar a subjetividade como uma construção social requer considerar a colonialidade do ser e a demarcação da inferiorização dos negros, índios, mulheres, etc. Buscar compreender essas relações de poder e os processos de subjetivação desses sujeitos é um dos objetivos da Psicologia na contemporaneidade, como também para se pensar nesses corpos (ALCÂNTARA; SERRA; MIRANDA, 2017).

Frente a isso, Spivak (2010), discute a representação desse sujeito colonizado, em que esses processos de subjetivação que coloca a margem os não-europeus, negros, mulheres, indígenas, possibilita o surgimento de um ser subalterno, sujeito esse que não tem uma voz ativa, em que não é permitido falar por si e sobre si, mas é permitido ao homem, branco, europeu, falar sobre as experiências desses sujeitos. Dessa forma, em um contexto de representação efetiva, a autora considera, contudo, que a tentativa de construir o sujeito colonial como um ser “outro”, é uma violência epistêmica, visto que passou a ser imposto uma narrativa específica enquanto norma e verdade, calando as narrativas dos sujeitos marginalizados, subalternos. Assim, teoria também é uma ação. O teórico não representa os indivíduos oprimidos, mas fala pelos mesmos, não havendo uma autorepresentação e uma consciência representativa, potencializando a ideia de que enquanto houver porta-vozes sempre haverá silenciados (as).

De acordo com Miglievich-Ribeiro e Prazeres (2015), Spivak enfatiza em seus estudos a condição da mulher nessas relações de subalternidade, que se encontra inserida nesse sistema, mas também se encontra em uma lógica de gênero, estando subordinada ao sujeito masculino independente de ser subalterno ou não. Assim, Spivak (2010) explica que se o sujeito subalterno não tem história nem o direito de falar, o sujeito subalterno feminino é colocado em uma condição ainda mais opressora, pois há uma intersecção entre raça, gênero e classe social. E para que essas vozes sejam escutadas, se faz necessário da inserção dessas mulheres na sociedade e no campo científico, para ressaltar a importância dessas vozes, a relevância das narrativas dessas desigualdades e os impactos disso na formação social.

Para que possa se pensar nesse empenho crítico epistemológico, tem-se as contribuições do feminismo decolonial (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES, 2015), que surge das discussões realizadas pelo feminismo negro estadunidense em que as mulheres negras tinham suas demandas invisibilizadas na luta igualitária de direitos. Não se viam representadas, tendo em vista a predominância do feminismo liberal branco, e eram ignoras como representantes das pessoas negras devido a dominação dos homens negros. A partir disso, as feministas negras criaram o termo interseccionalidade que se refere aos múltiplos sistemas de opressão. Esse conceito vem demarcando o feminismo negro tanto em teoria quanto em sua metodologia, tendo por intuito promover intervenções políticas e jurídicas referente a quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências relacionadas se sobrepõe e passam a criar responsabilidades específicas as mulheres negras. Desse modo, a interseccionalidade refere-se ao pluralismo do sujeito, sobretudo da mulher negra, as lutas múltiplas, sendo a colonialidade grande responsável pela ascensão do racismo e sexismo institucionais contra identidades produzidas na interação das estruturas (AKOTIRENE, 2018).

Lugones (2014), acredita que o feminismo decolonial é uma proposta relevante para superação da colonialidade do gênero. Sua discussão teve início a uma perspectiva crítica dos escritos até então produzidos pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, em que se originava em conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero. A partir disso, a mesma faz crítica a Quijano devido a sua configuração sobre gênero partir de uma visão biológica, assim, sentiu a necessidade de criar uma outra divisão de colonialidade sendo a colonialidade de gênero, percebendo-se, portanto, que gênero é algo relacional e por isso há um modo subjetivo de dominação atravessado pela interseccionalidade de raça e gênero (GONÇALVES; RIBEIRO, 2018).

Há um convite para que seja combatido não mais a colonização, mas sim, a colonialidade de gênero que se faz presente na contemporaneidade. Dessa forma, tem-se o feminismo de resistência ou decolonial em que busca contestar as formas de dominação, para que assim, mulheres que até então encontravam-se nas fronteiras, nas margens, em condições de opressões diversas, possam estar presentes nas construções epistemológicas, ser escutadas, e autorepresentadas, sendo possível outras oportunidades. Logo, se faz necessário descolonizar o saber e o ser para dar espaço ao feminismo decolonial, sendo possível escutar as vozes subalternas, mulheres, negras, indígenas, entre tantas outras consideradas não humanas. É dar voz a categorias não representadas por muito tempo na história (GONÇALVES; RIBEIRO, 2018).

Diante da breve exposição até então, a proposta atual é o pensamento decolonial que já foi mencionado indiretamente ao longo das discussões apresentadas. Tendo como objetivo repensar a produção epistemológica, sobre quem pode falar, e considerar a produção de conhecimento a partir das consideradas “margens”, periferias, mudar o lócus. Construir um campo de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais (REIS; ANDRADE, 2018).

Tais argumentos contribuem de forma significativa para a Psicologia, no pensar em romper com uma visão neutra do sujeito, do campo científico, de um discurso hegemônico. A discussão acadêmica sobre identidade e diversidades na contemporaneidade, frequentemente se direciona aos processos da subjetividade hegemônica e isso ocorre devido a origem da Psicologia como ciência e profissão, marcada por um modelo de ser humano ideal (homem, branco, europeu e cristão) que é o possuidor da razão e por isso merece ser estudado e se impor aqueles que não se enquadram nesse perfil ideal. Tendo como base essas discussões, é notório a importância das contribuições das (os) pensadoras (os) pós-coloniais e decoloniais acerca da subjetividade e identidade na contemporaneidade, tanto para se pensar nos países periféricos e os processos de subjetivação da população, como também na formação do próprio sujeito contemporâneo a partir da ideologia colonial dominante (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

Para Alves e Delmondez (2015), esses argumentos são de grande relevância para a modernidade, em que muito se tem falado sobre a fragmentação do sujeito frente as inúmeras possibilidades identitárias. Vale ressaltar ainda, que deve se considerar a realidade política e econômica em que esses processos acontecem e as relações de poder existentes na representação identitária. Há inúmeros indivíduos e comunidades que ainda são negadas o direito de voz sobre si mesmas, o falar de si, sendo submetidas a subalternidade e vulnerabilidades diversas.

Partindo desse pressuposto, segundo a compreensão decolonial, cabe-se problematizar as categorias identitárias, ou melhor, se questionar sobre quais vidas podem ser vividas na contemporaneidade e de como a Psicologia Decolonial pode vir a contribuir para essa discussão. Se partir da busca epistemológica para a compreensão de subjetividade de cada existência humana, tem-se por exemplo, algumas ausências, como estudos referentes as concepções de raça, etnia, colonialismo e colonialidade na Psicologia, sendo importante compreender a lógica que viabiliza essas invisibilidades. Essa não representação e afirmação da existência de sujeitos específicos na produção epistemológica, no caso nas ciências psicológicas, acaba que por reforçar a ideia de um modelo ideal de ser humano, de opressão e subalternidade. Cabe, portanto, analisar a história da psicologia como ciência e profissão para compreender essas



invisibilidades e pensar em uma psicologia decolonial como urgência em um fazer ético-político (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

### 3.2 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

O percurso histórico da psicologia como ciência e profissão, contribui para a compreensão das especificidades da profissão, como também as lacunas existentes entre a formação e atuação da psicologia. Vale destacar que no Brasil, a profissão foi sendo moldada pela diferenciação profissional e restrição de áreas de atuação, e não como uma resposta aos problemas sociais emergentes dos vários acontecimentos históricos (MARTINS; MATOS; MACIEL, 2009).

No Brasil, a psicologia se faz presente desde a época da colônia, mas não como uma ciência e profissão já reconhecida e autônoma, e sim caracterizada como uma preocupação dos processos psicológicos. Seu desenvolvimento se deu no interior da medicina e da educação e teve forte influência da psicologia europeia, devido muitos brasileiros terem tido sua formação na Europa ou ainda, por muitos profissionais do exterior se fazerem presentes no Brasil (RECHTMAN, 2015).

O surgimento da psicologia acontece em paralelo ao Iluminismo, o avanço do capitalismo, em que há uma modernização do Brasil, e com o intuito de compreender e intervir nessa nova estruturação social, os saberes psicológicos fizeram presentes nas escolas, nos cursos de medicina, nos hospícios e nas indústrias (BOCK et al., 2007).

De acordo com a autora Bock (2009), esses pensamentos psicológicos eram pautados em uma perspectiva higienista em que tinham como intuito servir ao Estado e não as causas sociais emergentes. Na educação, por exemplo, se tinha práticas autoritárias e disciplinares como forma de enquadrar os indivíduos em uma norma imposta; na medicina, esse enquadramento do sujeito se deu com a criação dos hospícios, na qual era fundamentado em um tratamento moral do indivíduo, como forma de silenciar e ter sob controle aqueles que não correspondiam ao modelo social exigido; e nas indústrias, a perspectiva era de maior produtiva, uma prática mecanicista e aquele que não se enquadrava nessa norma era excluído, punido.

Após esse processo de institucionalização dos saberes psicológicos, foi apresentado ao Ministério da Educação pela Associação Brasileira de Psicologia, uma espécie de petição para a criação de uma psicologia tecnicista, em que havia o controle de corpos por meio de métodos e técnicas. Essa proposta causou pensamentos e interesses divergente, mas que em 1962 passa a ser regulamentada a psicologia como ciência e profissão por meio da lei 4. 119/62 (DEGANI-CARNEIRO, 2014).

Rechtman (2015), ao analisar a lei que regulamenta a profissão nota que os compromissos da psicologia estão direcionados a serviço da elite brasileira. As funções das (os) psicólogas (os), estão pautadas na utilização de métodos e técnicas psicológicas que tem como finalidade o diagnóstico psicológico, solução de problemas e ajustamentos, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, entre outras previstas na lei. Percebe-se, que há um fazer tecnicista, com o intuito de enquadrar o sujeito em uma normativa, um interesse voltado para colocar o sujeito certo no lugar certo a fim de corresponder um padrão de comportamento adequado. Desse modo, era esse o interesse da elite brasileira, o de prever e controlar o comportamento dos sujeitos para assim dar início a um novo projeto de sociedade. Percebe-se que a psicologia foi regulamentada pela perspectiva positivista. Há ainda na atuação da (o) psicóloga (o) um fazer pautado em uma neutralidade e objetividade.

Vale ressaltar que nesse período acontecia no Brasil a ditadura militar o que passa a ficar ainda mais claro os interesses e o fazer da psicologia, mas com o golpe militar e os movimentos contestatórios, foram surgindo incômodos dentro da Psicologia, questionamento inicial do seu papel, de quem ela deveria estar a serviço, fazendo-se necessário compreender o sujeito não mais isolado de sua realidade, mas sim considerar a realidade cultural, econômica e social que o sujeito está inserido (BOCK et al., 2007).

Nesse momento, por volta da década de 1970 começa a surgir no Brasil a Psicologia Social, em que há pensamentos diferentes entre alguns psicólogos que eram mais envolvidos com a sociedade, passando a ir as comunidades de forma voluntária e contrária a ideia que até então se tinha sobre o papel da psicologia e sua atuação em que foi, portanto, um trabalho de luta contra a opressão, direcionado a um ideal de mudanças (RECHTMAN, 2015).

Sílvia Lane, é referência na construção de uma Psicologia Social brasileira como de outros países. Sua perspectiva parte de uma produção de conhecimento que deve ser comprometida com a transformação social, um fazer ético. É desse modo, que Lane com a Psicologia Social vai contribuir com a superação do positivismo como forma de fazer ciência (BOCK et al., 2007).

Ainda na década de 1970 e 1980, para além dessas discussões referentes a atuação da (o) profissional de psicologia, havia também reflexões e críticas quanto a formação da (o) psicóloga (a) nas instituições de ensino (MARTINS; MATOS; MACIEL, 2009).

Segundo Bastos (2002), tais discussões desencadearam mudanças no modo de formação, visto que nas suas diferentes matrizes, há concepções distintas de sujeito, de modelos de sociedade, de ciência. Partindo dessas reflexões, como uma das propostas apresentadas foi a formação generalista, a fim de ampliar os campos de atuação rompendo com a hegemonia da

clínica; e uma outra proposta seria uma formação pluralista, incluindo a psicanálise, o behaviorismo, e o humanismo como forma de reconhecer os muitos saberes teóricos nos estudos em psicologia, possibilitando uma pluralidade de orientações teóricas no processo de formação da (o) psicóloga (o).

A regulamentação da Psicologia com a lei 4.119/62 permitiu que desde então, o Ministério da Educação – MEC – instituisse as Diretrizes Nacionais Curriculares para a formação de psicólogas (os), orientando a elaboração de projetos pedagógicos das instituições de ensino superior. Dessa forma, os cursos de Psicologia passam a definir os conteúdos, as perspectivas teóricas, éticas e políticas que irão fundamentar essa formação tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, mas vale ressaltar ainda que há uma certa autonomia das instituições de ensino (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019).

No que se refere as Diretrizes Curriculares Nacionais, no dia quatro de dezembro de 2019, foi aprovado o parecer CNE/CES 1071/2019, na qual inclui o Projeto de Resolução das diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, no âmbito do Conselho Nacional da Educação, em que aguarda a sua homologação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA, 2020). Contudo, tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs – para os cursos de graduação em Psicologia previstas na resolução nº 597, de 13 de setembro de 2018, no artigo 4º, inciso II e III garante que:

Art. 4º O curso de graduação em Psicologia deve assegurar uma formação científica, ética, política, generalista, humanista, crítica, reflexiva, democrática e laica, embasada nos Direitos Humanos e fundamentada nos seguintes princípios e compromissos:  
II-reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;  
III- compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos, sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos e ambientais (p.5, 2018).

Diante disso, compreende-se que as escolhas de autoras(es), de conteúdo, para a matriz curricular é um ato político, em que pode produzir uma diversidade de efeitos, tendo como exemplo a manutenção de conhecimentos e práticas cristalizadas ou também a pluralização dos saberes. Essas referências que são escolhidas compõe os currículos dos cursos de Psicologia e estabelecem uma forma de produção, circulação, desse saber-poder possibilitando modos de ser psicóloga (o). O que se percebe é que para esse processo de produção de conhecimento, as universidades optam pela escolha de teóricos considerados clássicos e que tenham autoridade em determinadas temáticas, o que cabe a muitos questionamentos. Assim, estruturar essas referências teóricas contribui para a Psicologia

enquanto ciência e profissão, auxiliando a perceber essas lutas e jogos diversos produzidos pela colonialidade do saber (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019).

A universidade, quando não busca ter uma perspectiva crítica e contextualizada dos seus currículos, acaba se tornando um espaço de produção e exercício da colonialidade do saber, por meio da sua contribuição para o aprofundamento do racismo epistêmico e do epstemicídio, proporcionando invisibilidades epistemológicas, promovendo e auto afirmando a epistemologia europeia e norte-americana. (BRITO; SANTOS, 2018). Epstemicídio é, portanto, ignorar a existência de determinados saberes, é a morte do conhecimento, de uma cultura, sendo resultado do processo de colonização que buscou homogeneizar o mundo e inferiorizar os saberes não ocidentais (GONÇALVES; FEITOSA, 2019).

De acordo com Menezes, Lins e Sampaio (2019), a violência colonial foi física e epistemológica e apesar da colonização ter acabado, tem-se a colonialidade nos dias atuais, em que há um padrão cultural branco, europeu, como forma de organizar o mundo, os pensamentos, a vida, ou seja, há nos dias atuais uma imposição de um projeto colonial envolvendo aspectos políticos, sociais, econômicos, subjetivos, cognitivos.

Frente a essa discussão, Grosfoguel (2016) relata em seus estudos que o racismo, sexismo e o eurocentrismo fazem parte dos problemas contemporâneos mais importantes, pois há o silenciamento dos saberes produzidos por corpos políticos, periféricos, privilegiando os conhecimentos dos homens ocidentais, sendo uma forma de permanência de projetos coloniais, imperiais e patriarcais. Essa inferiorização, faz com que a única verdade, o que é a realidade e o melhor para o mundo parta de homens ocidentais com seus privilégios epistêmicos. Isso tem gerado estruturas institucionais produtoras do racismo, sexismo e eurocentrismo epistêmico, desqualificando outras experiências e saberes que regem o mundo.

Diante dessa perspectiva, são poucos os cursos de Psicologia, bem como outros cursos, em que tem em sua matriz curricular disciplinas direcionadas apenas as relações etnicorraciais, contribuindo para essa lógica racista, eurocêntrica, brancocêntrica, marginalização epistêmica e também desses outros sujeitos não-brancos, mulheres, etc. Há na nas matrizes curriculares dos cursos de psicologia poucas referências teóricas de autoras(es) negras(os) e conseqüentemente práticas direcionadas a essa população tendo em vista que são necessárias para se pensar o indivíduo de forma concreta e não imaginativa, possibilitando uma maior aproximação da teoria com a prática (GABRIEL; SILVA, 2018).

Nessa perspectiva, quando há por parte da psicologia uma exclusão do outro enquanto produtor e produto do conhecimento, corrobora com a aceitação de um sujeito ocidental, inferiorizando e discriminando àqueles que não se enquadram nessa normativa imposta, não

aceitando que há outras experiências, narrativas, desse sujeito outro que vem sendo invisibilizado, fazendo com que a ciência psicológica não só negligencie, como também passa a matar e a silenciar esses saberes, culturas, contribuindo para o epistemicídio, o genocídio epistêmico (GABRIEL; SILVA, 2018).

Assim, conforme aborda a autora e autor supracitados, uma das tarefas da psicologia é estar a favor daquelas (es) que os quais um dia foram oprimidas (os) pela mesma no decorrer de seu percurso histórico, com o genocídio, epistemicídio, e a morte de tantas narrativas. É hora de se ter uma psicologia antirracista, anti-sexista desde as referências teóricas utilizadas nas matrizes curriculares até a sua atuação sendo pautada pela resolução nº 010/2005 do Conselho Federal de Psicologia (2005) em que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo que prevê no artigo 2º letra “a” que “ao psicólogo é vedado: praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, p.9, 2005).

## 4 METODOLOGIA

O Presente estudo trata-se de uma pesquisa (auto)biográfica de caráter qualitativo do tipo exploratória. O estudo qualitativo, tem por intuito compreender o objeto de estudo por meio de histórias de vida, pesquisa participante, historiografias, pesquisa-ação, etc, na qual é utilizado como ferramentas além da interpretação e descrição do contexto do objeto, textos, fotografias, diários de campo, registro de depoimentos, entre outros instrumentos, a fim de buscar compreender o fenômeno de forma subjetiva (LIMA, 2018). É eficaz em estudos pouco discutidos sobre a vida humana e na análise de processos sociais emergentes. (KERR; KENDAL, 2013).

No que se refere ao estudo exploratório, tem por objetivo possibilitar uma visão ampla, explorando uma determinada temática a qual é pouco discutida em que há poucos estudos, proporcionando uma maior familiaridade entre o pesquisador e a temática a ser pesquisada (GIL, 2008).

Quanto a pesquisa (auto)biográfica, é investigada por meio das narrativas de história de vida do (a) pesquisador (a) ou de grupos por meio da compreensão de mundo, sentimentos, experiências, com o contexto social a qual o sujeito está inserido (SANTOS; ESTEVAM; MARTINS, 2018).

Segundo Neves (2010), o estudo (auto)biográfico permite o encontro com inúmeras possibilidades em que o eu pessoal do (a) pesquisador (a) dialoga com o eu social, ou seja, ao mesmo tempo em que o (a) pesquisador (a) é autor (a), ele (a) também é narrador (a) do texto, e através da auto escuta é possível sinalizar ao mundo questões consideradas relevantes. É com base nessa perspectiva que a pesquisa (auto)biográfica é considerada como um dispositivo mediante a qual proporciona a pessoa que escreve refletir sobre seu percurso de formação seja ele formal, não-formal ou por meio das experiências ao longo da vida (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011).

Esse tipo de estudo tem como uma das vantagens, a aproximação do que é real, do relato de experiência, em que essas narrativas geram impacto de forma significativa no contexto social ao tratar de fatos vivenciados, experienciados por pessoas comuns, que se encontram nas margens (FERREIRA, 2015), contribuindo, portanto, com o objeto de estudo do presente trabalho.

Para a realização desse processo, foi utilizado a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, por meio de trechos da obra que vieram ao encontro com as minhas inquietações e os meus afetos obtidos no decorrer da leitura que atravessaram a

minha história de vida e me fizeram lembrar a minha trajetória acadêmica, partindo da articulação teórica de autoras(es) decoloniais e autoras(es) que discutem questões étnico-raciais.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 E EU NÃO SOU UMA MULHER NEGRA?

Ao ingressar no curso de Psicologia no segundo semestre de 2016 as leituras vão sendo outras, outras referências vão sendo priorizadas, partindo de uma perspectiva técnica e mais diretiva. E quando estava cursando o oitavo semestre, fui convidada a participar de um sarau virtual. A escolha do que iria recitar era livre, e escolhi então um poema de Bráulio Bessa. Recordo que fui questionada sobre quais livros estava lendo, quais autores(as) estavam presentes em minhas leituras, e mencionei as minhas referências do ensino médio, tendo uma grande parte como referência autores brancos. Após o sarau, esse questionamento me atravessou, fiquei inquieta, incomodada. Refletir sobre quantas mulheres havia mencionado em minha resposta, quantas mulheres negras eu havia lido, chegando a concluir que nenhuma. A partir de então essa inquietação mobilizou a minha procura por autoras negras e suas obras, mas que ainda assim não havia o movimento de priorização em tais leituras.

O campo<sup>1</sup> vem por sinalizar essa urgência, quando participei de um evento online de Psicologia, que teve em sua programação uma discussão sobre Carolina Maria de Jesus e sua obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. No primeiro momento de discussão sobre sua história, percebi que era urgente a leitura de sua obra, em que não poderia esperar, pois, muito teria Carolina a dizer, portanto, irei apresenta-la e de como fui atravessada por sua história.

Carolina Maria de Jesus, nasceu em 14 de março de 1914 na cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais. De família humilde, estudou até a 2ª série do ensino fundamental, onde aprendeu a ler e escrever e desenvolveu o gosto pela leitura e escrita, contudo, sua escolarização foi interrompida, pois, tiveram que se mudar para uma fazenda fora da cidade para trabalharem (SILVA, 2019).

Com a morte de sua mãe, Carolina mudou-se para São Paulo, em busca de trabalho, na qual conseguiu o trabalho de doméstica e na casa do seu patrão tinha uma biblioteca em que permitia que Carolina utilizasse nos seus dias de folga. Não se adaptou ao emprego de doméstica, fazendo com que transitasse por outros trabalhos. Um ano após a sua chegada na cidade de São Paulo, engravidou de seu primeiro filho, tornando ainda mais difícil encontrar um emprego na época por ser mãe, assim, foi morar na rua (MÜLLER; ROSA, 2018).

---

<sup>1</sup> Kurt Lewin é o fundador da teoria do campo, utilizada pela gestalt-terapia. O campo é definido como uma totalidade, em que qualquer acontecimento é resultado de inúmeros fatores, havendo uma mútua interdependência.



O governador paulista Adhermar de Barros, solicitou que recolhessem todos os moradores de rua e despejassem em um terreno à margem do rio Tietê, que ficou conhecido como a favela do Canindé, assim, Carolina passou a construir seu barraco com papelão, madeira, sobras de alumínio e vidro, e teve mais dois filhos de relacionamentos diferentes (BRANDINO, S.D). A mesma compreendia aquela realidade da seguinte forma: “Eu classifico São Paulo assim: o palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32).

Mulher, negra, mãe, favelada, teve que buscar formas alternativas para sobreviver, passando a catar papel e outros materiais para reciclar. Carolina Maria de Jesus, encantada pela escrita, passou a escrever retratos do seu dia-a-dia na favela nos cadernos que encontrava no lixo. Seu objetivo era escrever um livro que denunciasse as questões da favela, e assim que pudesse ser publicado para poder sair da favela e ter sua própria casa, conforme menciona em sua obra: “Vou escrever um livro referente à favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever um livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2014, p. 20).

Os escritos de Carolina foram descobertos pelo jornalista Audálio Dantas, que foi encarregado de escrever uma matéria sobre a favela do Canindé que vinha se expandindo. Ao chegar na favela, encontrou Carolina falando sobre um livro que estava escrevendo, o mesmo foi de encontro saber sobre do que se tratava seu livro, fazendo com que Audálio desistisse da reportagem, pois, a história da favela que buscava estava escrita por Carolina em vinte cadernos encardidos. Dantas menciona no prefácio da obra que “repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela” (DANTAS, 2014, p.6). Assim, o jornalista foi responsável pela edição de texto dos escritos de Carolina Maria de Jesus, na qual foi publicado em 1960 o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

A sua obra, é, portanto, testemunhal, em que Carolina relata as inúmeras dificuldades encontradas em seu dia a dia, como também dos outros moradores da favela, os obstáculos encontrados por ser mulher, negra, mãe solo de três filhos, que precisou buscar meios para sustentá-los, que buscava lidar a cada dia com a guerra contra a fome, em que passou a ser uma grande marca de sua escrita, pois, os cruzeiros que recebia dos papéis e outros materiais não eram suficientes para garantir o sustento básico de sua família. (PINANGÉ et al., 2020).

A escrita clara e simples, com frases curtas e precisas, provocou em mim no primeiro momento o sentimento de inquietude, em que passei a questionar a minha cor, ou ainda, a rememorar situações específicas no decorrer da minha história. Cresci escutando os meus pais, amigos(as), falarem que sou parda e essa perspectiva foi sendo reproduzida por mim em outros

espaços. Quando estava no terceiro semestre da faculdade, na aula de filosofia, a professora ao explicar determinado assunto, direcionou-se a mim, afirmando que se alguém olhasse para mim e falasse que não sou negra estava cometendo um equívoco. Naquele momento a única palavra que me vinha era “parda” e em momentos que diziam que eu era negra, sentia um incômodo, a qual pude notar ao ler a obra de Carolina. O principal questionamento de início foi: O que não faz de mim uma mulher negra? Ao remeter a história de vida de Carolina, eu me distanciei no primeiro momento, considerando que para ser negra eu não deveria estar cursando em uma faculdade particular, ou melhor, não deveria ocupar determinados espaços, e que eu era privilegiada, essa perspectiva é nomeada de colorismo ou pigmentocracia.

De acordo com a autora Santana (2018), o colorismo significa que as discriminações dependem do tom de pele do indivíduo, de suas características físicas, ou seja, entre pessoas negras ou afrodescendentes há essas diferenciações no tratamento, oportunidades, a partir da pigmentação da pele, além da textura do cabelo, formato do nariz, da boca, ou seja, traços negroides. Pessoas mais claras, passam a ser mais aceitáveis em determinados ambientes, ou até mesmo passam a ser consideradas brancas, contudo, continuam sendo pessoas negras, e para uma melhor compreensão desse movimento, é importante mencionar aqui, mesmo que de forma breve, sobre as políticas raciais no Brasil e o processo de embranquecimento.

As políticas raciais no Brasil, tiveram influências desde o período colonial, em que havia o discurso de que o país não iria se desenvolver, crescer futuramente, devido ser povoado por raças consideradas inferiores que resultariam em mestiços e pardos. A partir dessa teoria, as autoridades brasileiras passaram a pensar em soluções para que o país pudesse desenvolver futuramente, esse processo seria o embranquecimento da população, com isso foram criadas políticas que estimulassem a migração dos povos europeus, brancos, considerados como raças superiores para o Brasil (CONCEIÇÃO et al., 2019).

A mistura de diversas etnias, resultou em uma sociedade com diversos tons de pele, contudo, o que acreditavam ser positivo para a construção de um povo, na verdade, mostrou os preconceitos vigentes desde o processo de colonização do país, em que o colorismo surge como uma forma de discriminação tendo como base a cor da pele, em que conforme a tonalidade da pele do indivíduo fosse mais escura, mais pigmentada, maior seria as formas de exclusão e preconceitos. Dessa forma, a cor da pele definiria a forma como a sociedade passaria a tratar determinados indivíduos, independentemente de sua origem racial (SILVA, 2017).

Esse pensamento se faz presente ainda nos dias atuais, e isso faz com que haja segregação indenitária dos(as) negros(as), dando espaços para a criação de nomenclaturas “aceitáveis” como, por exemplo, parda, morena, mulata. Vale ressaltar que pessoas com o tom

da pele mais clara, com características mais próximas ao padrão estético imposto socialmente, não estão isentas de sofrerem preconceito, opressões, racismo, por ainda assim, serem pessoas negras, porém, acontece de forma sutil, mais branda (CONCEIÇÃO et al., 2019).

Partindo desse conhecimento, o meu questionamento modificou-se após concluir a leitura da obra de Carolina Maria de Jesus, e ao tomar consciência do processo a qual eu me encontrava. Lembrei-me do discurso de Sojourner Truth, escritora, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher, que ao participar da Convenção dos Direitos da Mulher, nos Estados Unidos, ao ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens apresentando como justificativas de que as mulheres eram frágeis, que Jesus foi um homem, e por fim, que a primeira mulher foi pecadora. Truth apresentou seu discurso mais conhecido nomeado por “E eu não sou uma mulher?”, em que já evidenciava questões como as inúmeras possibilidades de ser mulher, ou seja, que o feminismo deveria levar em consideração as intersecções, como a raça, gênero, orientação sexual (GELEDES, 2014).

O discurso da Truth e a discussão sobre colorismo, fez com que o meu questionamento inicial ao ler a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” fosse modificado, passando a me questionar: e eu não sou uma mulher negra? Neusa Santos (1893) em seu livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” discute que o tornar-se negro(a) encontra-se no momento que o indivíduo percebe as ideologias que o aprisiona em uma imagem alienada, e esse processo de percepção, de consciência, é algo inacabado, constante. É um vir a ser constantemente, uma construção a qual parte de desconstruções de preconceitos consigo mesma, de pensamentos que acabam por embranquecer a mente.

Carolina sempre teve consciência de sua negritude, assumindo-a, orgulhando-se, conforme o trecho abaixo:

[...]. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p. 64-65).

Diante disso, é nesse encontro com Carolina em que foi e vem sendo atravessado por inquietações e mobilizações, que noto o meu processo de negritude, um olhar crítico frente a minha identidade, e aos processos de subjetivação, considerando as inúmeras possibilidades de

ser que não cabe nos contornos de categorias isoladas, devendo ser considerado a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, raça, classe social.

Ser mulher, pobre, negra, periférica, entre outros marcadores sociais, faz com que opere diretamente sobre ela e seu lugar no mundo, tendo em visto ser tudo isso concomitantemente, inclusive mulher, estando situada na base de uma pirâmide social, cujo peso tem que suportar, enquanto que o topo é ocupado por homens, brancos, conforme aponta a autora Veiga (2020). Esse lugar é bem representado por Carolina em toda sua obra:

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então dizia para minha mãe:

— Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

— Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem.

Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. Igual os políticos distantes do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não Deve Chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para mamãe:

— O arco-íris foge de mim.

... nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais (JESUS, 2014, p. 53-54).

Frente a essa questão, é perceptível que não é possível falar da mulher de forma abstrata (CARVALHO; COSTA, 2021), considerando ainda a perspectiva de ser mulher sem ser somente mulher, ou ainda, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Conforme aborda Lugones (2014), separar marcadores sociais como gênero, raça, classe social, seria partir de conhecimentos fragmentados, além de possibilitar o apagamento de violências nas vivências de mulheres negras nessa interseccionalidade.

Partindo dessa compreensão, Carolina Maria de Jesus, evidencia o grau de adversidades por ser mulher, negra e periférica, não havendo o direito de falar por si e sobre si. Sendo assim, ao tomarmos a trajetória da mesma, considerando o seu interesse pela escrita, as possibilidades de que esta se tornasse uma escritora reconhecida como representativa deste contexto pareciam mínimas, contudo, cabe ainda problematizar até que ponto há o reconhecimento de Carolina enquanto escritora, quais muros são atravessados por meio de sua escrita e quais lugares são permitidos a sua escrevivência.

## 5.2. PODE A SUBALTERNA ESCREVER?

Ao me deparar com a escrita de Carolina, em específico sua obra “Quarto de despejo” passei a me questionar porque ela não me foi apresentada na graduação, nas discussões

propostas nas disciplinas, em grupos de estudos, eventos acadêmicos, já que a mesma retrata em sua obra temáticas sobre feminismo, racismo, desigualdades sociais, sofrimento psíquico, entre tantas outras discussões necessárias, a partir de uma outra forma de escrita, diferente da escrita considera padrão, colonizada, científica. Veiga (2020), vem de encontro com a minha inquietação ao dizer que no mundo acadêmico, tudo aquilo que possa parecer não-científico causa arrepios. Partindo disso, a própria experiência da pesquisa narrativa, em específico autobiográfica me causou arrepios e estranheza de início, havendo bloqueio na escrita por acreditar que por ser uma produção acadêmica deveria ter uma escrita mais rígida, e que não seria uma produção científica visto que estaria narrando minhas experiências. As autoras Carvalho e Costa (2021) vem a dizer que esse estranhamento advém dos ensinamentos formais que são repassados e que tendemos a nos enquadrar em uma linguagem fixa, impessoal, “neutra”, sobretudo no campo da Psicologia.

Partindo desse pressuposto, a escrita de Carolina foi desvalorizada por ela ser mulher, negra, pelos estigmas existentes no lugar em que vivia, sua classe social, e por não seguir um padrão rígido de sua escrita. Um desses motivos encontra-se em sua narrativa pertencer a um gênero de cunho pessoal (AMORIM; OLIVEIRA, 2020). Ela retrata sobre essas dificuldades encontradas ao escrever peças “[...]eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: — É uma pena você ser preta[...]” (JESUS, 2014, p.64), como também ao encaminhar seu livro para uma editora: “Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. [...]Cheguei na favela. Triste como se tivesse mutilado os meus membros. O The Reader Digest devolvia os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra” (JESUS, 2014, p. 154).

De acordo com Alós (2009), o gênero pessoal é nomeado de “literatura menor”, textos esses que são marginalizados, renegados, no campo da literatura, por partir de fatos, experiências do(a) autor(a). Ora, o que teria uma mulher, negra, com apenas dois anos de grupo escolar a dizer? A narrativa feminina, quando não é totalmente silenciada, passa a ser direcionada a gêneros considerados inferiores, como diários, anotações, etc (CORONEL, 2014). Assim, questiono, portanto, o que teria Carolina, com uma obra de gênero pessoal a contribuir com a Psicologia, sobretudo com o meu processo de formação?

Até o presente momento venho abordando os atravessamentos de sua obra no campo pessoal como também na minha formação profissional. A ausência de discussões sobre Carolina Maria de Jesus, ou ainda, de referências de mulheres negras na matriz curricular do curso de Psicologia, é algo que requer um olhar atencioso.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), é importante situarmos uma Psicologia hegemônica fundamentada em um racionalismo moderno, na produção de conhecimento universal, além de haver a manutenção de dicotomias hierárquicas do que seria normal/patológico, alma/corpo, entre tantas outras dicotomias. Dessa forma, a Psicologia passa a contribuir historicamente com projetos civilizatórios, em que mulheres, negras, deficientes, periféricas, ou seja, todas aquelas que não correspondem ao modelo ideal eurocêntrico, tem seus corpos e conhecimentos deslegitimados, violentados (CARVALHO; COSTA, 2021).

Ressalto que até o presente momento, refiro-me sobre a ausência de mulheres negras como referência teórica na graduação, mas é uma discussão ainda mais ampla. Ao fazer uma linha do tempo do meu percurso acadêmico, não recordo por exemplo, de ter tido professoras negras. Discussões sobre racismo, feminismo negro, saúde mental de pessoas negras, sobretudo mulheres negras, entre outras temáticas que não tiveram seu devido espaço, na qual o contato foi superficial no decorrer de algumas disciplinas e na reta final da graduação. Contudo, quero ressaltar que nesse último ano houveram alguns eventos significativos e que devem sim, serem destacados, como por exemplo o sarau online da Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária – LAPSCO, na qual faço parte, em que foi o espaço possível que encontrei para falar sobre Carolina Maria de Jesus apresentando trechos de sua obra; a criação do Laboratório de Estudos em Psicologia e Feminismos – Carolina Maria de Jesus; e recentemente o II encontro Internacional de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS, em que trouxeram temáticas sobre relações raciais e os processos de subjetivação, entre outras temáticas pertinentes para pensarmos em uma Psicologia decolonial. É importante reconhecer esse passo na graduação, porém, isso não deve anular a reflexão sobre o quão comprometida a psicologia está com o movimento negro e seus atravessamentos, pois deve ser um processo constante.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2017), após a institucionalização da Psicologia como ciência e profissão, uma das primeiras iniciativas foi a publicação do livro da psicanalista Neusa Santos “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social” publicado em 1983. Já na década seguinte começam a surgir em São Paulo, duas organizações não governamentais do Movimento Negro decisivos para o direcionamento das discussões sobre o racismo, partindo da perspectiva política-jurídica e psicológica. Em 2000, surge a necessidade de propor debates públicos sobre as desigualdades de raça e gênero nas empresas e ainda, a implementação de programas que visam garantir a igualdade no âmbito organizacional. Os conselhos Regionais de São Paulo juntamente com a Maria Aparecida Bento promoveram uma série de debates, que resultaram em livros sobre a temática.

Outro acontecimento relevante foi a junção do Instituto AMMA Psique e Negritude ao Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT –, que a categoria profissional de psicólogos, a partir do Sistema de Conselhos é pressionada a se posicionar politicamente com a luta antirracista, fruto da articulação da categoria e os movimentos sociais. E em 2001, no 4º Congresso Nacional de Psicologia, em Brasília, é aprovada as primeiras teses com recorte racial. A aprovação dessas teses foram de extrema importância, uma vez que o Congresso Nacional de Psicologia funciona como uma instância deliberativa para a gestão do Sistema de Conselhos. No decorrer desse processo iniciado em 2000 tem originado grupos de trabalhos, Comissões de Psicologia e Relações Raciais em diversos conselhos regionais de psicologia, o que possibilita a regionalização de ações com a temática racial (CFP, 2017).

Assim, é notório que a discussão sobre a temática é recente no campo da Psicologia, e que cabe questionar com que compromisso ético-político parte a atuação da categoria, quais princípios e teorias vem sendo discutidas, como são abordados os diversos sofrimentos psíquicos, quais ferramentas disponíveis para intervir no campo das relações raciais e seus mais diversos contextos. Levanto essas questões não com a pretensão em respondê-las, mas para que sejam provocações para reflexões e pesquisas futuras. Nesse momento, diante dessa breve discussão apresentada, cabe enfatizar o que implica esse silenciamento da Psicologia frente a população negra, ao feminismo decolonial e quais os efeitos disso na formação e atuação.

Silenciar-se revela a presença de um pacto de omissão e cumplicidade da psicologia com a opressão da existência de uma democracia racial, cumplicidade na violação de direitos, exclusão de seres, e negligências, indo contra ao código de ética profissional. A Psicologia foi regulamentada como ciência e profissão desde 1962, e a temática referente a população negra, ao racismo, se fez presente nos conselhos regionais de psicologia a partir dos anos 2000. Tem-se então anos de silenciamento que reflete nos dias atuais, precisando ainda ser rompido pelas poucas discussões. A minha preocupação é, que compromisso poderemos ter com a população negra se não temos espaços para esse debate na formação? Como posso acolher o sofrimento da pessoa negra, de uma mulher negra, se não discuto sobre isso?

Considerando a minha formação, ou melhor, a realidade do meu curso, é pautada em uma psicologia de silenciamentos e de uma psicologia limitada, direcionada aos transtornos mentais, patologias, avaliação psicológica, abordagens, etc, e não quero desconsiderar isso, mas a psicologia não é constituída apenas por isso, e quando esse movimento acontece é claro perceber o que é considerado mais relevante para a atuação profissional na perspectiva institucional, e ainda fica mais claro quando apenas no 9º semestre vejo na disciplina de psicologia e diversidade, breves discussões sobre a população negra, sobre feminismos, que

apesar de ter tido carga horária de 80h ainda assim, foi insuficiente para dar conta, tendo em vista as pluralidades. Infelizmente o discurso que mais se reproduz diante dessa realidade é que na graduação não dá para ver tudo ou dar conta de tudo, quando na verdade a minha inquietação e provocação não é essa, mas sim a valorização ou melhor, o reconhecimento da urgência de se discutir sobre feminismos em um curso composto majoritariamente por mulheres, e que tipo de mulheres, de que cor, classe social, etc.

Cabe observar que a distribuição e frequência dos temas compostos na matriz curricular, denunciam o que provavelmente será considerado relevante pelas(os) psicólogas(os) formadas(os) (CFP, 2017), considerando não um processo cristalizado, podendo vir a surgir o interesse em tais temáticas após a formação acadêmica, mas que a academia deve proporcionar a construção de conhecimento, de saberes, práticas, sobre diversos assuntos referentes ao cotidiano/realidade dos indivíduos, considerando a pluralidade humana, sobretudo no campo da Psicologia. Essas questões vêm ao encontro com as nossas intervenções, o nosso olhar para aquele que vem ao encontro na clínica ou em outros espaços, e para qual lugar de fala nossa escuta está mais direcionada.

Carolina Maria de Jesus quebrou silêncios dentro do seu possível, mas quantos silêncios teremos ainda que romper na graduação, na atuação profissional e em tantos outros espaços? Recordo de um congresso a qual participei em 2018 sobre saúde mental, e dentre várias palestras, oficinas, recordo exatamente uma mesa redonda que mais me tocou, a qual profissionais estavam falando sobre saúde mental, e logo em seguida da exposição foi aberto para perguntas. Várias pessoas foram até a frente levantar suas questões, até que um morador de rua foi relatar sua experiência e teve sua fala interrompida:

“Se você está inserido numa sociedade doente e você não faz nada, só fala, fala, fala, fala, você não só está doente...[interrompido] você não só está doente... eu tô terminando, quero terminar mas é sempre assim...vocês...se você está inserido numa sociedade doente e não faz nada, você não está doente. Você é a própria doença...” (ZÉ QUALQUER).<sup>2</sup>

Após concluir sua fala, ele foi acolhido por palmas e palavras de resistência das(os) participantes. Confesso que naquele momento o meu sentimento foi de revolta, mas foi bonito ele ter resistido, insistido em seu espaço e direito de fala. A partir de então, fui carregando

---

<sup>2</sup> Nome fictício, por questões éticas. Mencionado por Carolina Maria de Jesus, referente ao catador de papel, na qual morreu e foi sepultado como Zé Qualquer, pois ninguém procurou saber seu nome.



comigo toda essa indignação, uma vez que um congresso sobre saúde mental interrompeu a fala de uma pessoa relatando sobre sua experiência, sua história de vida. Interrompendo a fala de uma única pessoa: morador de rua. Nesse momento passei a ter um olhar ainda mais direcionado para a minha formação, sobre quantas vezes foi proporcionado espaços de fala para a população em situação de rua, população negra, mulheres faveladas, para usuários(as) do centro de atenção psicossocial, população LGBTQIA+, etc, e não me recordo desses momentos. Passo a me questionar como o lugar da experiência pode ou não validar uma fala, ou ainda, como nosso lugar de escuta pode contribuir para a ideia de lugar de fala.

O conceito de lugar de fala, surge em meio ao movimento social feminista negro e vem sendo aprofundado nas universidades por meio de autoras como Djamila Ribeiro, bell hooks, Sueli Carneiro, entre outras (GORJON, MEZZARI, BASOLI, 2019). A escritora Ribeiro (2017), retrata em seus estudos que todo mundo tem lugar de fala, uma vez que difere de representatividade. Assim sendo, diferentes grupos, de diferentes ocupações sociais podem e devem falar sobre questões de opressão, violência, contudo partirá de lugares distintos, dessa forma, não é falar “por”, mas falar “com”, falar junto. Segundo Mombaça (2017), mais pertinente que saber se podemos falar é saber se somos capazes de escutar, e quem somos capazes de escutar. Uma das principais ferramentas da psicologia é a escuta, e cabe, portanto, questionar para qual fala nossos ouvidos estão mais direcionados.

Quando iniciei a leitura da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” eu tive a sensação que eu estava escutando Carolina, uma narrativa densa e desconhecida até então, e me revoltava junto a ela, a cada relato dos seus dias. No dia 21 de maio de 1958 Carolina frente ao descaso e a fome que não permitia selecionar o alimento diz: “Isso não pode ser real no paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” (JESUS, 2014, p.40). Essa sua fala me causou uma única indagação: e a Psicologia, Carolina? Considerando sua perspectiva história, em que no início tinha como intuito enquadrar sujeitos em uma norma, contribuindo para silenciamentos, e que vem refletindo ainda nos dias atuais, na qual temos atualmente uma psicologia colonial, uma psicologia direcionada as dicotomias normal/patológico, saúde/doença, etc, e querendo ou não, pautada ainda em discursos hierárquicos, de saber mais sobre o sujeito do que ele mesmo. Isso me remete as minhas experiências no estágio clínico por exemplo, em que na maioria das vezes me deparei com o(a) consulente demandando de mim uma resposta sobre sua questão, ou ainda o interesse no processo psicoterápico no intuito de curar a si mesmo e que eu seria responsável por esse processo. Desse modo, faz-se necessário descolonizar a clínica que também parte da

compreensão de que nós, estagiárias(os) ou psicoterapeutas, não temos o intuito de saber mais do que aquele(a) que vem ao nosso encontro. Não estamos na clínica para descobrir nada de ninguém, até porque não há território a ser descoberto. O que há ou deveria haver, é uma escuta com alteridade.

Gorjon, Mezzari, Basoli (2019), aborda o conceito de alteridade, em que é admitir que não podemos existir sem o(a) ‘outro(a)’. As autoras acreditam que a escuta com alteridade não diz respeito a apenas ouvir falas, mas buscar leituras de teorias e produções feitas por populações oprimidas, e diante do presente estudo, ressalto, produções feitas por mulheres negras. Assim, quando a Psicologia se interessa pela perspectiva do feminismo decolonial a ponto de proporcionar uma aproximação entre ambas, passa a ser uma forma de engajar-se de maneira ética e política.

Segundo Carvalho e Costa (2021) faz-se necessário a valorização de conhecimentos historicamente silenciados como forma de criar novas narrativas frente ao epistemicídio e outras formas de violências que mulheres negras, não europeias vem sofrendo. Além disso, compreender as interseccionalidades, em que possibilita a complexidade das demandas que a Psicologia está a serviço, e que poderá contribuir com intervenções práticas adequadas caso esteja ciente das particularidades de dominação próprias dos povos subjetivados pelas feridas coloniais. É buscar uma atuação pautada na “responsabilidade social, análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005).

Enquanto eu me debruçava no dia-a-dia de Carolina, eu me perguntava a todo instante por quantas Carolinas serei atravessada e qual o meu compromisso enquanto mulher, negra, psicóloga. E o que eu posso dizer é que o mundo é feito por inúmeras Carolinas que vem sendo inviabilizadas, silenciadas, violentadas. É preciso estarmos atentas(os) a essas vozes, a ir de encontro com essas inúmeras Carolinas. É preciso antes de tudo fazer a academia escutar essas vozes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, na qual foi compreender os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia, buscando identificar quais as repercussões da discussão da obra e possíveis relações com a Psicologia; e descrever as contribuições da obra para se pensar a formação em Psicologia, na qual partindo dessa perspectiva, foi notório os atravessamentos da obra na minha formação pessoal e sobretudo, profissional.

Carolina Maria de Jesus com sua obra potente conseguiu me inquietar, me fez perceber que também sou uma mulher negra, iniciando uma desconstrução dentro de mim e nesse encontro me apresentou ainda uma Psicologia que é urgente, que rompe com a perspectiva de uma Psicologia que durante toda sua história se posicionou como cúmplice do racismo, sexismo, partindo de produções de conhecimentos que a legitimasse, validasse por meio de perspectivas eurocêntricas, considerando padrão uma realidade que não contempla a pluralidade humana. Isso tem repercutido na academia, por meio de silenciamentos de temáticas como população negra, feminismos, etc; quando na matriz curricular tem-se em sua maioria autores, homens, brancos como referências teóricas, e o quanto isso acaba refletindo na atuação profissional, no direcionamento da nossa escuta ou na validação da fala do(a) outro(a) por meio de sua experiência.

Carolina utilizou a escrita como sua principal arma para romper silêncios e é fato que ainda há muitos silêncios a serem rompidos, sobretudo na academia, espaço esse de formação profissional que deve ser pautado em uma formação crítica, comprometida com um fazer ético-político. Enquanto acadêmica de Psicologia, busco com esse trabalho iniciar o rompimento de silenciamentos por meio da minha escrita, não terceirizando vivências, mas me apropriando de cada uma delas nesse percurso. Não podemos legitimar ou não uma fala por meio da experiência. Não podemos negligenciar histórias de mulheres negras que muito tem a contribuir. Carolina veio ao meu encontro no momento possível, que por vezes me questioneei: Por que não antes? No início da minha graduação? E agora só consigo pensar que Carolina Maria de Jesus, assim como as inúmeras Carolinas existentes podem/devem sair dos quartos de despejo e ocupar as universidades, a fim de contribuir com a formação em Psicologia, uma Psicologia que sai do centro e vai as margens, uma Psicologia decolonial.

Diante do que foi possível discutir no decorrer do presente estudo, ficou ainda mais evidente que a nossa construção enquanto profissionais são disputas de narrativas em que elege o que é conhecimento a ser aprendido, e quando digo que é urgente a presença de Carolina

Maria de Jesus e as inúmeras Carolinas na formação em Psicologia, é no intuito de afirmar que nós, enquanto graduandas(os) podemos e devemos entrar nessas disputas e apresentar outros conhecimentos, outras epistemologias, proporcionar discussões sobre temáticas sociais emergentes, e promover a criação de espaços coletivos com o intuito de debater e construir ações conjuntas tanto na universidade como em outros espaços. Se faz necessário tanto no âmbito da formação como na atuação, seja enquanto estagiária(os) ou profissional, a perspectiva de uma Psicologia comprometida, interessada com uma atuação ética e política para além de discursos.

Não quero aqui concluir o meu pensamento, até porque não há conclusões, mas sim provocações para ampliações das questões aqui apresentadas, das lacunas presentes no decorrer da minha escrita, pois ainda há muito a ser (des)construído e (re)inventado no campo acadêmico, sobretudo nos cursos de Psicologia, e também, na própria atuação, então, que essa autobiografia mobilize questões em graduandas(os), professoras(es)/profissionais e contribua para produções científicas, como também novas formas de se fazer psicologia.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n.34, p. 647-661, 2015. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 de set. de 2020.
- ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana.; SERRA, Elizabeth de Oliveira.; MIRANDA, Osmilde Augusto. O QUE EU FALO, O QUE EU FAÇO, O QUE EU SOU: colonialidade do saber, do poder e do ser como perspectiva analítica das questões étnico-raciais no Brasil. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017, p.1-13. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/oqueeufoooqueeufaceoqueeusoucolonialidadedosaberdepoderedosercomoperspecti.pdf>>. Acesso em: 20 de out de 2020.
- AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** São Paulo: Editora Letramento, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA. **Aprovado no Conselho Nacional de Educação o Projeto de Resolução sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia**: mais uma etapa vencida pelos coletivos e entidades da Psicologia, 2020. Disponível em: < <http://www.abepsi.org.br/2020/02/11/aprovado-no-conselho-nacional-de-educacao-o-projeto-de-resolucao-sobre-as-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-para-os-cursos-de-graduacao-em-psicologia-mais-uma-etapa-vencida-pelos-coletivos-e-en/>>. Acesso em: 29 de out de 2020.
- AMORIM, Rayanne Caroline da Silva.; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. A escrita de Carolina Maria de Jesus como instrumento de intervenção política. In: OLIVEIRA, Érika Cecília Soares.; MESQUITA, Marcos Ribeiro.; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo(Orgs). **Feminismo, psicologia e resistências contemporâneas**. Maceió, Alagoas: EDUFAL, 2020, p.156-175.
- ALÓS, Anselmo Peres. Literatura e intervenção política na América Latina: relendo Rigoberta Menchú e Carolina Maria de Jesus. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Diálogos Interamericanos**, v. 38, p. 139-162, 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/38/artigo8.pdf>. Acesso em: 20 de abr de 2021
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 21 de set de 2020.
- BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Perfis de formação e ênfases curriculares: o que são e por que surgiram? **Revista do Departamento de Psicologia-UFF**, v. 14, n 1, p. 31-57, 2002. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-501300?lang=fr>>. Acesso em: 29 de set.2020.
- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Silvia Lane e o projeto do Compromisso Social da Psicologia. **Psicol. Soc**, v. 19, n 2, p.46-56, 2007. Disponível em: <

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000500018](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018)>.  
Acesso em: 28 de set. 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e sua ideologia**: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia, organizadora. *Psicologia e o compromisso social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2009. v. 1, p. 15-28.

BRITO, Larisse Miranda de.; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. Colonialidade do Saber e universidade no Brasil: a necessária promoção da justiça cognitiva. **Rev Unila**, v.2, n.1, p. 105-112, 2018. Disponível em: < <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/859/836>>. Acesso em: 21 de out de 2020.

BRANDINO, Luiza. **Carolina Maria de Jesus**. Site: Mundo Educação Uol. s.d. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/carolina-maria-de-jesus.htm>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/documentos/confira-o-novo-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo/>>. Acesso em: 30 de set. 2020.

CONCEIÇÃO, Clara Maiana Neves da. et al. A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo. In: 22ª Semana de Mobilização Científica da Universidade Católica de Salvador, 2019, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2019. p. 1-10.

CARVALHO, Lina Ferrari de.; COSTA, Lanna Carolyna Vieira da. Para não deixar a tinta coagular na caneta: feminismos decoloniais e psicologia. In: NETO, José Maria Neto (org). **Gênero, mulheres, raça e classe afroindígena-latino-americanos**. Sobral: Editora Faculdade Luciano Feijão, 2021, p.101-138.

CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Rev Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 44, p. 271-288, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/elbc/n44/a13n44.pdf>>. Acesso em: 20 de abr de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais**. Brasília: CFP, 2019.

DEGANI-CARNEIRO, Filipe. 27 de agosto: o processo de regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. **RIPeHP**: Blog da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia, Rio de Janeiro, 27 de ago. 2014. Disponível em: <<https://ripehp.com/2014/08/27/27-de-agosto-o-processo-de-regulamentacao-da-profissao-de-psicologo-no-brasil/>>. Acesso em: 29 de set.2020.

DANTAS, Audálio. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

FERREIRA, Luiz Carlos Pinheiro. **MO(VI)MENTOS AUTOBIOGRÁFICOS**: historiando fragmentos narrativos de experiências de vida docente e discente em artes visuais. 2015. 329f. Tese (Doutorado em Programa de pós-graduação em Arte e Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.

FILHO, Everaldo Lauirtzen Lucena. L. L.; SILVA, Isis Lima da. O processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade. **Rev Psicologia e Saberes**, v. 7, n.9, p. 107-117, 2018. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/857>>. Acesso em: 26 de out de 2020.

GABRIEL, Nilson Lucas Dias; SILVA, Lucia Cecilia da. Reflexões iniciais acerca do epistemicídio na Psicologia. **Revista NEIAB**. v. 2, nº 2, p.1-24, 2018. Disponível em <<http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/2-1.pdf>>. Acesso em: 30 de set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª .Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Josimere Serrão.; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. Descolonizar já: pontos em debates sobre o epistemicídio. **Complexitas – Revista de Filosofia Temática**, v.4, nº 2, p.40-47, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8054>>. Acesso em: 29 de set. 2020.

GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e crítica à história única**: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil Mariana. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2018.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. In: VII Seminário corpo, gênero e sexualidade/ III Seminário Internacional corpo, gênero e sexualidade/ III Luso-brasileiro Educação em sexualidade, gênero e Saúde. 2018, Rio Grande do Sul. **Anais**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf>>. Acesso em: 24 de set 2020

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Rev So-ciedade e Estado**, v.31, nº 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em: 29 de set. 2020.

GELEDES. **E não sou uma mulher?** – Sojourner Truth. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

GORJON, Milena Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. Ensaio de lugar de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 1455, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/39054858/Ensaio\\_de\\_lugares\\_de\\_escuta\\_di%C3%A1logos\\_entre\\_a\\_psicologia\\_e\\_o\\_conceito\\_de\\_lugar\\_de\\_fala](https://www.academia.edu/39054858/Ensaio_de_lugares_de_escuta_di%C3%A1logos_entre_a_psicologia_e_o_conceito_de_lugar_de_fala). Acesso em: 10 mai de 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

KERR, L. R. F. S.; KENDALL, C. A pesquisa qualitativa em saúde. **Rev da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v.14, n. 6, p. 1061-1063, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324029419001.pdf>>. Acesso em: 22 de out de 2020.

LIMA, Paulo Gomes. Pesquisa qualitativa em educação: estratégias predominantes. Sorocaba: UFSCar – **Revista Ensaios Pedagógicos**, v.2, n.1, p.1-2, 2018, Disponível em: <<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/63/80>>. Acesso em: 22 de out de 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 26 de set de 2020.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de.; SOUZA, Tatiana Ribeiro de. Violência e modernidade: o dispositivo de narciso. A superação da modernidade na construção de um novo sistema mundo. **Anuário Mexicano de Derecho internacional**, p. 144-167, 2012. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r29689.pdf> >. Acesso em: 21 de set de 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M. P (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013, p.337-382.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda; MATOS, Tereza Gláucia Rocha; MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira. . Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. 9, nº 3, p. 1023-1042, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482009000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de set. 2020.

MENESES, Jaileila Araújo; LINS, Saiane Silva.; SAMPAIO, Juliana Vieira. Provocações Pós-Coloniais à Formação em Psicologia. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 31, p. 191-231, 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822019000100222](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100222)>. Acesso em: 29 de set.2020.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; PRAZERES, Lílian Lima Gonçalves dos. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Revista Temáticas**, n. 23, p.45-46, 2015. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11100>>. Acesso em: 23 de set de 2020.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; ROSA, Sonia. Impactos sociais da escrita de Carolina Maria de Jesus na escola. **Rev Palimpsesto**, v. 17, n. 26, p. 254-271, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/35299>>. Acesso em 25 de mar de 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Palestra proferida no Ci-clo de Conferências Vozes do Sul**: lugar de fala, 2017. [Post de Facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jeferson.isaac/videos/1565383996857643>>. Acesso em:10 de maio de 2021.

NEVES, Josélia Gomes. Cultura Escrita e Narrativa Autobiográfica: Implicações Na Formação. In: CAMARGO, M.R., org., SANTOS, VCC. colab. **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação** [online]. DOCENTE São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.123-140. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>>. Acesso em: 22 de out de 2020.



PASSEGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto) biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.27, n.1, p.369-386, 2011. Disponível em: <[http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6461/art\\_VICENTINI\\_Entre\\_a\\_vida\\_e\\_a\\_formacao\\_pesquisa\\_2011.pdf?sequence=1](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6461/art_VICENTINI_Entre_a_vida_e_a_formacao_pesquisa_2011.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 de out de 2020.

PINANGÉ, Daniella Sotero de Barros et al. “Quarto de despejo”: relato de uma vivência dialogada. **Rev Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v 15, n 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/04.pdf>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

QUIJANO, Aníbal. A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (orgs). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.55-70. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em 23 de set de 2020.

QUIJANO, Aníbal. A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula(orgs.). **Epistemologias do Sul**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013. p.73-117. Disponível em: <[http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf)>. Acesso em 24 de set de 2020.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945>>. Acesso em: 25 de set de 2020.

RECHTMAN, Raizel. O futuro da Psicologia brasileira: uma questão de projeto político. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. v. 4, n.1, p. 69-77, 2015. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/578>>. Acesso em: 28 de set. 2020.

RESOLUÇÃO nº 597, de 13 de setembro de 2018. Aprovar o Parecer Técnico nº 346/2018, que dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia, conforme anexo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52748594/do1-2018-11-30-resolucao-n-597-de-13-de-setembro-de-2018-52748138](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52748594/do1-2018-11-30-resolucao-n-597-de-13-de-setembro-de-2018-52748138)>. Acesso em: 30 de set.2020.

ROSEVICS, Larissa. Perspectiva Tradicional de Segurança Internacional e a América do Sul. In: ROSEVICS, Larissa.; CARVALHO, Glauber.(orgs). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. – Rio de Janeiro: Perse, p.123-126, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira.; ESTEVAM, Rebeca Anselmo; MARTINS, Thiago de Melo. Pesquisa (auto)biográfica. **Revista Ensaios Pedagógicos**, v.2, n.1, p. 45-53, 2018. Disponível em: <<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/download/64/102>>. Acesso em: 22 de out de 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Rev Direito UNIFACS**, n 201, p. 1-19, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da complexidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTANA, Bianca. Quem é mulher negra no Brasil? Colorismo e o mito da democracia racial. **Rev Cult, São Paulo**, ed 234, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/colorismo-e-o-mito-da-democracia-racial/>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

SILVA, Eliane da Conceição. Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.9, n 1, p.21-52, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/37081/0>>. Acesso em: 25 de mar de 2021.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Rev Tempo e Argumento**, v. 12, nº. 29, p.1-15, 2020. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338163000003/html/index.html>>. Acesso em: 16 de abr de 2021.